

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO G02	PROVA Y	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
-----------------------------	--------------------------	---



DATA: 29/11/2009
DOMINGO - TARDE

Gestor Ambiental
Gestão, Proteção e Controle Ambiental

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“A vitória cabe ao que mais persevera.”
Napoleão Bonaparte

A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso Público.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funccab.org, no dia 01/12/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



BOA PROVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Amazônia para sempre

CARTA ABERTA DE ARTISTAS BRASILEIROS SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo. Não há motivo para comemorações. A Amazônia não é o pulmão do mundo, mas presta serviços ambientais importantíssimos ao Brasil e ao Planeta. Essa vastidão verde que se estende por mais de cinco milhões de quilômetros quadrados é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo, propiciando a vida da mais exuberante floresta da terra e auxiliando na regulação da temperatura do Planeta.

Depois de tombada na sua pujança, estuprada por madeireiros sem escrúpulos, ateam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias. Apesar do extraordinário esforço de implantarmos unidades de conservação como alternativas de desenvolvimento sustentável, a devastação continua. Mesmo depois do sangue de Chico Mendes ter selado o pacto de harmonia homem/natureza, entre seringueiros e indígenas, mesmo depois da aliança dos povos da floresta “pelo direito de manter nossas florestas em pé porque delas dependemos para viver”, mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.

Como no passado, enxergamos a Floresta como um obstáculo ao progresso, como área a ser vencida e conquistada. Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável. O desmatamento e o incêndio são o símbolo da nossa incapacidade de compreender a delicadeza e a instabilidade do ecossistema amazônico e como tratá-lo.

Um país que tem 165 000 km² de área desflorestada, abandonada ou semiabandonada, pode dobrar a sua produção de grãos sem a necessidade de derrubar uma única árvore. É urgente que nos tornemos responsáveis pelo gerenciamento do que resta dos nossos valiosos recursos naturais.

Portanto, a nosso ver, como único procedimento cabível para desacelerar os efeitos quase irreversíveis da devastação, segundo o que determina o § 4º, do Artigo 225 da Constituição Federal, onde se lê:

“A Floresta Amazônica é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que **asseguem a preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.”

Assim, deve-se implementar em níveis Federal, Estadual e Municipal A INTERRUPÇÃO IMEDIATA DO DESMATAMENTO DA FLORESTA AMAZÔNICA. JÁ!

É hora de enxergarmos nossas árvores como monumentos de nossa cultura e história.

SOMOS UM POVO DA FLORESTA!

*Texto: Juca de Oliveira / Idealização e projeto:
Christiane Torloni e Victor Fasano.*

Disponível em: www.amazoniaparasempre.com.br

1. Assinale a opção que apresenta respectivamente os sinônimos das palavras grifadas nos trechos abaixo.

“...é um lençol térmico engendrado pela natureza para que os raios solares não atinjam o solo...”

“Depois de tombada na sua pujança...”

“...mesmo depois de inúmeras sagas cheias de heroísmo, morte e paixão pela Amazônia, a devastação continua.”

- A) gerado - copa - histórias comoventes.
- B) produzido - robustez - narrativa rica de incidentes.
- C) oculto - força - conflitos por terras.
- D) dissimulado - riqueza - sagacidades.
- E) manipulado - glória - epopeias.

2. Nesse manifesto, qual o objetivo dos autores?

- A) Protestar contra a devastação da Amazônia e reivindicar a preservação da floresta, que representa um patrimônio nacional.
- B) Desacelerar o processo de devastação ambiental e punir os responsáveis pela derrubada de árvores e queimadas na região da Amazônia.
- C) Alertar as autoridades para o que vem acontecendo na Amazônia e oferecer a imagem de artistas globais em propagandas contra o desmatamento.
- D) Exigir das autoridades brasileiras medidas que favoreçam o desmatamento e contribuam para o extermínio dos devastadores.
- E) Fomentar a revolução dos brasileiros e divulgar o Artigo 225 da Constituição Federal, que vem sendo ignorado pelas autoridades brasileiras.

3. “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos: 17 mil quilômetros quadrados. É quase a metade da Holanda. Da área total já desmatamos 16%, o equivalente a duas vezes a Alemanha e três Estados de São Paulo.” Neste trecho, ao lado das dimensões da área desmatada, o autor acrescenta uma informação sobre a correspondência desta área com a área de alguns países e um estado brasileiro. Qual o objetivo desse recurso?

- A) Minimizar a importância da informação.
- B) Argumentar com os manifestantes.
- C) Esclarecer as dimensões dos países identificados.
- D) Conferir credibilidade à informação.
- E) Valorizar as dimensões da área desmatada.

4. No parágrafo de introdução, o uso da palavra grifada no trecho: “Acabamos de comemorar o menor desmatamento da Floresta Amazônica dos últimos três anos...” provoca, no leitor, uma sensação de:

- A) conscientização.
- B) euforia.
- C) revolta.
- D) estranhamento.
- E) enfado.

5. Em: “...ateiam fogo às suas vestes de esmeralda abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”, encontramos duas figuras de linguagem, respectivamente:

- A) eufemismo e anáfora.
- B) ironia e catacrese.
- C) metáfora e prosopopeia.
- D) metonímia e anáfora.
- E) hipérbole e metonímia.

6. Assinale a opção em que a norma culta da língua exige que o pronome entre parênteses seja colocado em posição mesoclítica, como em “...e sua utilização far-se-á, na forma da lei...”

- A) Solicitaram os documentos necessários para a entrada no país. (me)
- B) Muitos julgavam o líder do grupo. (o)
- C) Diria que a situação vai mudar. (se)
- D) Em tratando de devastação ambiental, ocupamos lugar de destaque. (se)
- E) Perdia de vista a floresta. (se)

7. Na conclusão, a pontuação (ponto de exclamação) confere ao texto:

- A) sentido.
- B) objetividade.
- C) coerência.
- D) subjetividade.
- E) coesão.

8. Assinale a opção em que a oração reduzida, grifada no trecho abaixo, foi corretamente desenvolvida.

“...abrindo passagem aos forasteiros que a humilham ao semear capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.”

- A) ...quando semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- B) ...que semeiam capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- C) ...segundo semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- D) ...para que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.
- E) ...mesmo que semeiem capim e soja nas cinzas de castanheiras centenárias.

9. As palavras grifadas no trecho abaixo pertencem, respectivamente, às seguintes classes gramaticais:

“Um imenso estoque de terras a se tornarem pastos pouco produtivos, campos de soja e espécies vegetais para combustíveis alternativos ou então uma fonte inesgotável de madeira, peixe, ouro, minerais e energia elétrica. Continuamos um povo irresponsável.”

- A) adjetivo - pronome - conjunção - substantivo.
- B) substantivo - preposição - conjunção - adjetivo.
- C) adjetivo - artigo - preposição - adjetivo.
- D) substantivo - artigo - preposição - advérbio.
- E) adjetivo - artigo - conjunção - substantivo.

10. Os gêneros *manifesto* e *carta aberta* são muito próximos, pois ambos são utilizados para a manifestação pública de opiniões ou reivindicações. Já o documento que registra as ocorrências de uma reunião, assembleia ou evento, tanto de entidade pública como privada denomina-se:

- A) memorando.
- B) ofício.
- C) requerimento.
- D) carta comercial.
- E) ata.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Qual das alternativas a seguir contém a sigla de uma tecnologia de transmissão digital de dados que permite conectar um computador à Internet?

- A) SATA.
- B) RAM.
- C) IDE.
- D) ADSL.
- E) IEEE.

12. Qual é a ordem de grandeza da capacidade de armazenamento, em megabytes (MB), de um CD-ROM de tamanho padrão (12 cm de diâmetro)?

- A) 10^3 MB.
- B) 10^2 MB.
- C) 10^6 MB.
- D) 10^5 MB.
- E) 10^4 MB.

13. Marque a alternativa que contém um protocolo usado na Internet para o envio de e-mails.

- A) EP.
- B) EMP.
- C) FTP.
- D) SMTP.
- E) HTTP.

14. Marque a alternativa que NÃO corresponde a uma distribuição do Linux.

- A) Fedora.
- B) Ubuntu.
- C) Leopard.
- D) Red Hat.
- E) Slackware.

15. A figura a seguir apresenta a caixa de diálogo **Opções**, pertencente ao menu **Ferramentas** do Mozilla Firefox.



A partir de qual opção desta caixa de diálogo é possível bloquear ou desbloquear janelas *popups*?

- A) Segurança.
- B) Avançado.
- C) Principal.
- D) Conteúdo.
- E) Privacidade.

16. Sejam as seguintes assertivas sobre os tipos de licença GNU, publicados pela FSF (*Free Software Foundation*):

- I. O propósito da licença FDL é permitir que manuais, livros e outros tipos de documentos sejam usados livremente, assegurando a qualquer um a efetiva liberdade de copiar e redistribuir conteúdo sob este tipo de licença.
- II. A LGPL é usada principalmente para as bibliotecas de software.
- III. O OpenOffice é distribuído sob a licença LGPL.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) As assertivas I, II e III são falsas.
- B) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- D) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- E) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

17. Qual comando Linux permite, a partir da linha de comando, exibir os nomes dos arquivos existentes em um diretório?

- A) fl
- B) df
- C) lf
- D) dir
- E) ls

18. Sejam as seguintes assertivas sobre o sistema operacional Linux:

- I. O GNOME é um projeto internacional que provê um software de gerenciamento de desktop presente em várias distribuições do Linux.
- II. O comando **rm** é usado para alterar o nome de um arquivo.
- III. O comando **cp** é usado para copiar um arquivo.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) As assertivas I, II e III são falsas.
- B) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- D) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.
- E) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.

19. O ícone a seguir pertence à barra de formatação do BrOffice 3.1:



Sua função é abrir o diálogo:

- A) de estilos e formatação.
- B) de formatação de hyperlink.
- C) de formatação de página.
- D) de formatação de figura.
- E) de formatação de fórmulas matemáticas.

20. A figura a seguir exibe as principais opções de menu do BrOffice Calc 3.1:



Em qual delas encontra-se a função **Proteger documento**?

- A) Ferramentas.
- B) Dados.
- C) Editar.
- D) Inserir.
- E) Formatar.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

21. A Constituição Federal de 1988 trouxe relevante melhoria em relação às questões ambientais, principalmente em seu Artigo 225, assim descrito: *Art. 225. "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas."* Marque a alternativa correta em relação ao desenvolvimento sustentável.

- A) O manejo sustentável de ecossistemas naturais possui como característica básica o preservacionismo em detrimento ao conservacionismo.
- B) O referido artigo da Constituição Federal de 1988 representou um incipiente avanço no que tange à legislação ambiental brasileira no final da década de 80 relacionada ao setor agrícola.
- C) A fragmentação de corredores ecológicos contribui para a busca incessante do desenvolvimento sustentável.
- D) O processo de eutrofização que atualmente vem ocorrendo em boa parte dos rios brasileiros contribui para a efetividade do direito expresso neste fragmento da Constituição Federal de 1988.
- E) A participação efetiva das comunidades autóctones no manejo sustentável dos recursos naturais renováveis é imprescindível para a proteção dos ecossistemas.

<p>22. Um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, é:</p> <p>A) a concessão de selo verde para empreendimentos sustentáveis.</p> <p>B) desenvolver pesquisas e tecnologias internacionais voltadas para a conservação dos recursos naturais renováveis dos biomas brasileiros.</p> <p>C) estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental.</p> <p>D) subsidiar poluidores e predadores para que estes possam recuperar os danos causados ao meio ambiente.</p> <p>E) manter em sigilo as novas tecnologias de manejo do meio ambiente.</p>	<p>26. Marque a alternativa que representa um empreendimento considerado como de utilidade pública.</p> <p>A) A implantação de obras de infraestrutura de saneamento, de transportes e de energia.</p> <p>B) As atividades de pesquisa e extração de minerais tais como a areia, a argila e o cascalho, previamente outorgadas pela autoridade competente.</p> <p>C) O manejo sustentável de recursos naturais renováveis.</p> <p>D) Prevenção, combate e controle do fogo nos ecossistemas naturais.</p> <p>E) A regularização fundiária em áreas urbanas.</p>
<p>23. Marque a alternativa que representa um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, segundo a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</p> <p>A) A criação de unidades de conservação em áreas degradadas.</p> <p>B) O incentivo à deposição de resíduos sólidos em aterros controlados.</p> <p>C) A diminuição de impostos para incentivar a compra de veículos movidos a álcool.</p> <p>D) A criação de linhas de crédito voltadas para a implementação de projetos a serem executados por organizações não governamentais relacionadas com a proteção do meio ambiente.</p> <p>E) A avaliação de impactos ambientais.</p>	<p>27. Marque a alternativa que representa um instrumento da Política Nacional dos Recursos Hídricos.</p> <p>A) O incentivo à criação de organizações não governamentais ligadas à proteção dos recursos hídricos.</p> <p>B) Os Planos de Recursos Hídricos.</p> <p>C) Modelagem ambiental.</p> <p>D) A análise das alternativas de uso e ocupação do solo.</p> <p>E) O zoneamento ambiental.</p>
<p>24. Marque a alternativa que representa uma das competências do Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, conforme a Lei Estadual nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987.</p> <p>A) A privatização dos serviços de concessão de licenças ambientais.</p> <p>B) O estabelecimento de critérios e padrões relativos à qualidade do Meio Ambiente.</p> <p>C) O impedimento da regeneração natural de ecossistemas degradados pelas atividades e empreendimentos humanos.</p> <p>D) O subsídio às organizações não governamentais para a gestão ambiental de unidades de conservação, objetivando a terceirização dos serviços públicos relacionados com a manutenção de áreas protegidas.</p> <p>E) A criação de unidades descentralizadas de gestão ambiental em todas as cidades do estado do Ceará.</p>	<p>28. Um dos objetivos do enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes, conforme a Política Nacional dos Recursos Hídricos, Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, é:</p> <p>A) incentivar o manejo sustentável de espécies da ictiofauna.</p> <p>B) priorizar a construção de reservatórios artificiais de água para o abastecimento público.</p> <p>C) diminuir os custos de combate e controle da poluição das águas, por meio de ações preventivas permanentes.</p> <p>D) aumentar o valor a ser cobrado pelo consumo de água considerado exagerado.</p> <p>E) coibir sistematicamente a pesca ilegal.</p>
<p>25. Marque a alternativa correta em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.</p> <p>A) Conservação pode ter como sinônimo a intocabilidade.</p> <p>B) Nas reservas biológicas pode ocorrer o extrativismo de recursos naturais renováveis com fins comerciais.</p> <p>C) Conservação <i>in situ</i> pode significar a manutenção de germoplasma de espécies vegetais armazenados em viveiros ou câmaras frias.</p> <p>D) Uso indireto pode ser conceituado como aquele que envolve a exploração dos recursos naturais, por meio da coleta, destruição ou dano, com fins comerciais ou de subsistência.</p> <p>E) Um dos objetivos da preservação ambiental é prevenir a simplificação de sistemas naturais.</p>	<p>29. Marque a alternativa que representa uma área de preservação permanente, conforme o Código Florestal, Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965.</p> <p>A) Áreas em taludes com declividade superior a 35°.</p> <p>B) Florestas e demais formas de vegetação que possam atenuar a erosão das terras e fixar dunas.</p> <p>C) Faixa de 30 (trinta) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura.</p> <p>D) As vegetações localizadas na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral.</p> <p>E) As porções de Cerrado localizadas no Planalto Central.</p>
	<p>30. Constitui um dos princípios básicos da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.</p> <p>A) O incentivo à prática de atividades esportivas.</p> <p>B) A abordagem integrada dos aspectos ambientais em nível regional, nacional e global.</p> <p>C) O enfoque reducionista.</p> <p>D) A concepção do meio ambiente em sua especificidade.</p> <p>E) A criação de lacunas ou descontinuidade no processo educativo.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Conforme o Artigo 1º da Resolução CONAMA n° 01/86, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- A) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva, o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.
- B) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; os recursos minerais, inclusive os do pré-sal; o subsolo; as cavidades naturais subterrâneas; os sítios arqueológicos e pré-históricos; as terras ocupadas pelos índios.
- C) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.
- D) as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.
- E) a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais; o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.

32. Conforme o Artigo 3º da Resolução CONAMA n° 01/86, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental – EIA e respectivo RIMA, a serem submetidos à aprovação do IBAMA:

- A) todas as atividades potencialmente poluidoras.
- B) as atividades potencialmente poluidoras que sejam de competência federal, estadual ou municipal que se instalem em terras devolutas da União.
- C) as áreas de proteção ambiental; as áreas de relevante interesse ecológico; as reservas extrativistas; as reservas particulares do patrimônio natural.
- D) o licenciamento de atividades que, por lei, seja de competência federal.
- E) as áreas de proteção ambiental; áreas de relevante interesse ecológico; reservas extrativistas; as estações ecológicas; reservas biológicas; os parques nacionais.

33. De acordo com o Artigo 2º da Resolução CONAMA n° 01/86, Inciso XI, dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental – RIMA – a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de:

- A) 100 MW.
- B) 2 MW.
- C) 20 MW, desde que possuam uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.
- D) 5 MW, desde que possuam uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas.
- E) 10 MW.

34. De acordo com o Artigo 5º da Resolução CONAMA n° 01/86, o estudo de impacto ambiental (EIA), além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- A) contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade; definir os limites da área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza; considerar os planos e programas governamentais, propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.
- B) obedecer rigorosamente aos Termos de Referência do Órgão Ambiental; definir os limites da área de influência do projeto, considerando a bacia hidrográfica principal e as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.
- C) contemplar as principais alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto; identificar e avaliar preferencialmente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação da atividade; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.
- D) identificar e avaliar preferencialmente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação da atividade; definir os limites da área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade.
- E) definir os limites da área de influência do projeto, considerando a bacia hidrográfica principal as bacias hidrográficas limítrofes; considerar os planos e projetos governamentais e privados, propostos e em implantação na área de influência do projeto analisado, e sua compatibilidade; ter, dentre seus objetivos a educação ambiental, a promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável devendo o empreendedor comprovar a realização de atividades de proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

35. A fim de que sejam adotadas as providências cabíveis, os órgãos estaduais de meio ambiente deverão ser comunicados pelo transportador de produtos perigosos, com a antecedência mínima de:

- A) quarenta e oito horas após o respectivo parecer técnico, assinado por todos os integrantes do CONAMA, com ciência do transportador.
- B) setenta e duas horas de sua efetivação.
- C) quarenta e oito horas de sua efetivação.
- D) quarenta e oito horas após sua efetivação.
- E) vinte e quatro horas de sua efetivação.

36. De acordo com o Artigo 5º da Resolução CONAMA nº 237/97, compete ao órgão ambiental estadual ou do Distrito Federal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:

- A) localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Artigo 2º da Lei nº 4.771/65, no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União.
- B) localizados ou desenvolvidos em mais de um município ou em unidades de conservação de domínio estadual ou do Distrito Federal; localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no Artigo 2º da Lei nº 4.771/65, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais, estaduais ou municipais; cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais de um ou mais Municípios; delegados pela União aos estados ou ao Distrito Federal, por instrumento legal ou convênio.
- C) de qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou de qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- D) localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União; localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais estados; cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais estados.
- E) destinados a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN; bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

37. De acordo com o Artigo 10 da Resolução CONAMA nº 237/97, o procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas, pela ordem:

- A) definição pelo órgão ambiental dos documentos necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; análise pelo órgão ambiental dos documentos apresentados e realização obrigatória de vistorias técnicas; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental; audiência pública obrigatória; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico do Ministério Público; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- B) definição pelo órgão ambiental dos documentos necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; análise pelo órgão ambiental dos documentos apresentados e realização de vistorias técnicas; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental; audiência pública, quando couber; solicitação de esclarecimentos pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico conclusivo e, quando couber, parecer jurídico; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- C) audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrente de audiências públicas; emissão de parecer técnico provisório; nova audiência pública; emissão de parecer técnico conclusivo e do parecer jurídico obrigatório; assinatura facultativa de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- D) emissão de termo de referência pelo órgão ambiental; audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente; solicitação de esclarecimentos e complementações pelo órgão ambiental competente, decorrente da audiência pública; emissão de parecer técnico provisório; nova audiência pública; emissão de parecer técnico conclusivo e de parecer jurídico; assinatura facultativa de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.
- E) emissão de termo de referência pelo órgão ambiental; audiência pública; análise pelo órgão ambiental competente dos documentos, projetos e estudos apresentados e a realização de vistorias técnicas; requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, dando-se a devida publicidade; emissão de parecer técnico conclusivo e, obrigatoriamente, parecer do Ministério Público; assinatura obrigatória de um TAC – Termo de Ajuste de Conduta; deferimento ou indeferimento do pedido de licença.

38. De acordo com a Resolução CONAMA n° 237/97, no procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente:

- A) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes.
- B) a Licença ou Alvará da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo; a autorização do IBAMA para supressão de vegetação nativa, caso existente, a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos estaduais competentes, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo de água previsto para aquele empreendimento ou atividade e a licença da Companhia de Eletricidade ou do estado para o consumo de energia previsto para aquele empreendimento ou atividade.
- C) a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento ou atividade.
- D) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento.
- E) a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo, a licença da Companhia de Abastecimento de Água ou do estado para o consumo previsto para aquele empreendimento ou atividade.

39. De acordo com o Artigo 43 da Resolução CONAMA n° 264/00, que define procedimentos, critérios e aspectos técnicos específicos de licenciamento ambiental para o co-processamento de resíduos em fornos rotativos de clínquer, para a fabricação de cimento, os resíduos a serem recebidos pela unidade de mistura e/ou pela instalação responsável por sua utilização deverão ser previamente analisados para determinação de suas propriedades físico-químicas e registro das seguintes informações:

- A) a origem e a caracterização do resíduo; os métodos de amostragem e análise utilizados, com respectivos limites de detecção, de acordo com as normas vigentes; os parâmetros analisados em cada resíduo; e incompatibilidade com outros resíduos.
- B) a origem e a caracterização do resíduo; as licenças ambientais da fonte de produção do resíduo; os métodos de amostragem e de análise utilizados; os parâmetros analisados em cada resíduo.
- C) a origem e a caracterização do resíduo; as análises técnicas efetuadas, com respectivos limites de ponto de fulgor e de tolerância, de acordo com as normas vigentes; e as análises de compatibilidade com outros resíduos e com outras substâncias.
- D) as análises técnicas efetuadas, com respectivos limites de tolerância e de ponto de fulgor, de acordo com as normas vigentes; e as análises de compatibilidade e incompatibilidade com outros resíduos.
- E) os métodos de amostragem e análise utilizados, com respectivos limites de tolerância; os parâmetros analisados em cada resíduo; e as análises de compatibilidade com outros resíduos.

40. De acordo com o Artigo 1° da Lei n° 9.433/97 (Lei das Águas) a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), baseia-se nos seguintes fundamentos, dentre outros:

- A) outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; cobrança pelo uso da água; princípio do usuário-poluidor-pagador.
- B) princípios da precaução, da prevenção e do usuário-poluidor-pagador.
- C) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da PNRH; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes.
- D) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades e com o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos e com os Planos de Recursos Hídricos.
- E) a água é um bem de domínio público; a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais.

41. De acordo com o Artigo 5° da Lei n° 9.433/97 (Lei das Águas) são instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH):

- A) a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água.
- B) a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água; os princípios da precaução, da prevenção e do usuário-poluidor-pagador; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.
- C) os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água.
- D) a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a água como um bem de domínio público; o valor econômico da água; a gestão descentralizada da água.
- E) os Planos de Recursos Hídricos; o enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água; a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; a compensação a municípios; o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos.

42. De acordo com o Artigo 12 da Lei nº 9.433/97 (Lei das Águas) estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos, dentre outros:

- A) usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo; derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- B) usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de areia em um corpo de água para utilização na construção civil; lançamento em corpo de água de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua disposição final.
- C) derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo; extração de água de aquífero subterrâneo para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- D) lançamento em corpo de água de resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final; usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade da água existente em um corpo de água; extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
- E) aproveitamento dos potenciais hidrelétricos; extração de água de aquífero subterrâneo para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural; lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.

43. O ar é constituído por uma mistura de gases, sendo de vital importância para a sobrevivência da maioria dos organismos da Terra. Que gases são esses?

- A) Metano, gás carbônico, nitrogênio, oxigênio e gás sulfídrico.
- B) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, metano, gás sulfídrico e vapor de água.
- C) Oxigênio, hidrogênio, gás carbônico, nitrogênio e clorofluorcarbono.
- D) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, hélio, ozônio, hidrogênio, neônio e criptônio.
- E) Oxigênio, nitrogênio, dióxido de carbono, metano, hélio e neônio.

44. A camada de ozônio, que funciona como escudo protetor absorvendo parte dos raios ultravioletas, se acumula basicamente na:

- A) Termosfera.
- B) Exosfera.
- C) Troposfera.
- D) Mesosfera.
- E) Estratosfera.

45. Para tornar a água isenta de micro-organismos patogênicos, algas, cistos e amebas, adiciona-se normalmente na fase de desinfecção:

- A) barrilha.
- B) cloreto de cálcio.
- C) cal viva.
- D) sulfato de alumínio.
- E) cloro.

46. Tratamento biológico (aeróbio e anaeróbio), tratamento térmico (incineração e pirólise) e tratamento por classificação (reciclagem, compactação ou trituração e mista) se referem ao tratamento de:

- A) águas residuárias.
- B) águas pluviais.
- C) água.
- D) esgoto.
- E) resíduos sólidos.

47. Processo biológico, aeróbico e controlado, no qual a matéria orgânica é convertida pela ação de micro-organismos já existentes ou inoculados na massa de resíduo em composto orgânico. Este é um conceito de um processo de tratamento de resíduos sólidos. Assinale a alternativa abaixo que corresponde a esse conceito.

- A) Compostagem.
- B) Reaproveitamento.
- C) Coprocessamento.
- D) Reciclagem.
- E) Compactação.

48. O percentual de água encontrada normalmente no esgoto doméstico é aproximadamente de:

- A) 99,9%
- B) 22%
- C) 65,8%
- D) 70%
- E) 80%

49. Lugar onde os resíduos sólidos são dispostos de maneira que haja a utilização de técnicas de engenharia para o confinamento e para o monitoramento de produtos que possam ser nocivos ao meio ambiente, evitando assim o acúmulo de gases, líquidos e a proliferação de vetores. A esse conceito dá-se o nome de:

- A) aterro sanitário.
- B) usina de triagem.
- C) aterro controlado.
- D) lixão.
- E) usina de reciclagem.

50. São equipamentos onde ocorrem as seguintes operações numa Estação de Tratamento de Esgotos (ETE), pela ordem: (1) a remoção de areia; (2) a remoção de sólidos em suspensão; (3) a oxidação da matéria orgânica; (4) a estabilização do lodo.

- A) Desarenadores; filtros de areia; emissários submarinos e digestores de lodos.
- B) Desarenadores; decantadores; filtros biológicos e leitos de secagem.
- C) Desarenadores; filtros analógicos; digestores anaeróbios e leitos de secagem.
- D) Aeradores; tanque de aeração; reatores biológicos e digestores anaeróbios.
- E) Decantadores; caixa de areia; tanque de aeração e reatores biológicos.

51. Dentre os óxidos de carbono, listados abaixo, produzidos pela poluição atmosférica industrial, o mais perigoso é:

- A) hidrogênio pela sua alta capacidade de reação e pela alta periculosidade.
- B) dióxido de carbono, devido à elevadíssima toxidez para os pulmões.
- C) monóxido de carbono, devido à grande afinidade com a hemoglobina.
- D) peróxido de carbono, devido à sua relação com o câncer pulmonar.
- E) metano, devido a sua ligação com a clorofila.

52. O indicador microbiológico de poluição hídrica mais empregado no Brasil e de acordo com a Portaria 36 do Ministério da Saúde, de 19/01/90 é:

- A) *salmonella*.
- B) demanda química de oxigênio.
- C) coliforme fecal.
- D) *taenia solium*.
- E) *vibrio cholerae*.

53. Uma grande concentração de nutrientes, principalmente compostos de nitratos e fosfatos na água, provoca um crescimento abundante de algas, produzindo efeitos danosos para o meio. Assinale a afirmativa abaixo que denomina esse fenômeno.

- A) Contaminação.
- B) Estratificação aquática.
- C) Autodepuração.
- D) Eutrofização.
- E) Poluição aquática.

54. A ingestão de água contaminada pode ser veículo de doenças como:

- A) leptospirose, escabiose e enterobíase.
- B) hepatite B, enterobíase e giardíase.
- C) esquistossomose, febre tifoide e escabiose.
- D) giardíase, cólera e hepatite A.
- E) febre amarela, malária e dengue.

55. São doenças associadas à falta de higienização com água:

- A) salmonelose, tricuriase, ancilostomíase.
- B) hepatite B, ancilostomíase e giardíase.
- C) esquistossomose, leptospirose e escabiose.
- D) malária, ancilostomíase e dengue.
- E) leptospirose, escabiose e amebíase.

56. De acordo com a Portaria 36 do Ministério da Saúde, de 19/01/90, em água não canalizada usada comunitariamente e sem tratamento (poços, fontes, nascentes, etc.), desde que não haja disponibilidade de água de melhor qualidade, 95% (noventa e cinco por cento) das amostras devem apresentar ausência de coliformes totais em 100 mL. Nos 5% (cinco por cento) das amostras restantes, serão tolerados:

- A) menos que 5 (cinco) coliformes totais por 100/mL de amostra.
- B) até 10 (dez) coliformes totais em 100 (cem) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.
- C) até 20 (vinte) coliformes totais em 100 (cem) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.
- D) até 100 (cem) coliformes totais em 10 (dez) mL, desde que isso não ocorra em duas amostras consecutivas.
- E) até 100 (cem) coliformes totais em 10 (dez) mL, desde que haja uma desinfecção por cloro e iodo.

57. No EIA/RIMA são apresentadas ações necessárias para evitar, minimizar ou compensar os impactos ambientais negativos do empreendimento, e aquelas que visam maximizar os impactos positivos. A este conceito dá-se o nome de:

- A) programa de acompanhamento e monitoramento ambiental.
- B) PDA – Plano Diretor Ambiental.
- C) medidas mitigadoras.
- D) diagnósticos.
- E) prognósticos.

58. O documento que resume de forma objetiva as conclusões do Estudo de Impacto Ambiental – EIA, elaborado em linguagem corrente, adequada à sua compreensão pelas comunidades afetadas é denominado de:

- A) AIA – Avaliação de Impacto Ambiental.
- B) EPIA – Estudo de Impacto Ambiental.
- C) PRAD – Plano de Recuperação de Área Degradada.
- D) RIMA – Relatório de Impacto Ambiental.
- E) PCA – Plano de Controle Ambiental.

59. A sequência do tratamento clássico ou convencional de uma Estação de Tratamento de água (ETA) é de montante para jusante:

- A) desinfecção - filtração - decantação - floculação - perenização - estabilização.
- B) desinfecção - filtração - decantação - eliminação dos recalcitrantes - fluoretação - cloração.
- C) sedimentação - filtração - desinfecção - coagulação - floculação.
- D) filtração biológica - desinfecção - eliminação química de não inertes - floculação - sedimentação.
- E) coagulação - floculação - sedimentação - filtração - desinfecção.

60. Substâncias que se decompõem facilmente reintegrando-se à natureza. Sendo natural esse processo de reintegração, são chamados de substâncias:

- A) recalcitrantes.
- B) biodegradáveis.
- C) inertes.
- D) não inertes.
- E) perenes.